

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.656 - AL (2019/0268233-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : EVERTON CABRAL DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**EMENTA**

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO. FURTO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI*. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO. PRECEDENTES.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Evertton Cabral da Silva** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, que denegou a ordem no *Habeas Corpus* n. 0800478-80.2019.8.02.0000.

Colhe-se dos autos que o recorrente foi denunciado, juntamente com outros indiciados, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado e tentado e furto, bem como teve a prisão preventiva decretada pelo Juízo da 7ª Vara Criminal da Capital de Alagoas/1ª Vara do Tribunal do Júri (fls. 14/21).

Foi pleiteado pedido de revogação da custódia cautelar em favor do recorrente, mas foi indeferido pelo Magistrado singular (fls. 36/38).

Irresignada com a letargia processual e a ausência de fundamentação do decreto prisional, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, no qual a ordem foi denegada, em aresto assim ementado (fl. 76):

PENAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. FURTO. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ATRASO QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDO AO ESTADO. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA DATA PRÓXIMA. INEFICIÊNCIA ESTATAL NÃO VERIFICADA. ARGUMENTAÇÃO DE NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO EMBASADA NA GRAVIDADE DO DELITO, NA PERICULOSIDADE DO PACIENTE E NO

**MODUS OPERANDI EMPREGADO. RIVALIDADE ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS. PACIENTE CAUSA TEMOR NAS TESTEMUNHAS. EVIDENCIADA A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DE ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.**

1 - O alegado excesso de prazo para formação da culpa não se sustenta, haja vista que o próprio paciente contribuiu para a dilação processual. Estando a audiência de instrução e julgamento designada para data próxima não há que se falar em desídia estatal.

2 - Presentes os indícios de autoria e materialidade, evidenciados pelas declarações colhidas durante o inquérito policial, restam apontados os fatos concretos da ação delituosa que autorizaram a decretação da preventiva, não havendo que se falar em embasamento abstrato da decisão. O suposto delito decorreu da rivalidade entre facções criminosas.

3 - Não há ilegalidade a ser sanada no decreto preventivo decretado pelo magistrado singular quando a decisão for devidamente embasada nas hipóteses autorizadoras, especialmente se evidenciada pelo perigo que a provável liberdade do paciente pode causar que as testemunhas.

4 - Ordem conhecida e, no mérito, denegada.

No presente recurso, o recorrente alega que não há fundamentação no decreto prisional e que não se encontram presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar.

Sustenta que há excesso de prazo na formação da culpa, sem que a defesa tenha dado causa para tanto.

Requer a revogação ou relaxamento da prisão preventiva para que possa responder ao processo em liberdade ou seja aplicada medidas cautelares alternativas à prisão.

Após as informações prestadas às fls. 125/128, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 133/135).

Conforme consulta realizada no portal oficial do Tribunal local na internet, tem-se que o processo se encontra em fase de alegações finais.

É o relatório.

Busca o presente recurso a revogação ou o relaxamento da prisão do recorrente.

De início, ressalto que, em relação à tese de que haveria excesso de prazo na

formação da culpa, a questão está prejudicada.

Destaca-se que, de acordo com as informações colhidas do portal eletrônico do Tribunal estadual, o processo encontra-se em fase de alegações finais.

Dessa forma, ocorre a incidência da Súmula 52 desta Corte: *encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.*

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA N. 52. MATÉRIA SUPERADA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE DO DELITO. *MODUS OPERANDI* DELITIVO. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. **A questão do excesso de prazo na formação da culpa está superada com o término da instrução criminal, já que o feito em primeiro grau de jurisdição encontra-se em fase de apresentação das alegações finais, atraindo a aplicação do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte.**

3. [...]

4. Ordem denegada.

(HC n. 431.607/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 13/8/2018 – grifo nosso).

Quanto ao mais, diz a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que toda prisão imposta ou mantida antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, por ser medida de índole excepcional, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, isto é, em elementos vinculados à realidade.

No caso dos autos, o Magistrado decretou, bem como manteve a prisão preventiva, com a seguinte fundamentação no que interessa (fls. 36/38):

[...]

Isto posto, há indícios de autoria em desfavor de Everton Cabral da Silva. Basta analisar que a pessoa de Éverton fora apontada, por meio dos depoimentos colhidos, como um dos autores do crime em foco, sobretudo pela vítima sobrevivente Daniel Felix da Silva, que o descreveu como sendo não apenas autor, mas também como comandante das ações do bando no dia dos fatos.

Destarte, a prova da materialidade do delito encontra-se plenamente

demonstrada, especialmente pelas declarações e depoimentos colhidos na fase de inquérito.

Configurada, portanto, a presença do primeiro requisito legal (*fumus commissi delicti*), passo à análise do *periculum in libertatis*.

Este segundo requisito diz respeito ao perigo causado pela liberdade do sujeito passivo da persecução penal. Nos termos do artigo 312 do CPP, compreende a garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou a segurança da aplicação da lei penal.

O risco à ordem pública pode ser dessumido pelo modo como o crime foi cometido. Se as peculiaridades do caso concreto são denotativas de especial violência ou crueldade no cometimento dos crimes, ou ainda, reveladores de destacada audácia e deliberada disposição para o vergaste das mais basilares normas de convívio social, a periculosidade concreta do agente estará demonstrada e será apta a sustentar a segregação cautelar, calcada na salvaguarda da ordem pública.

[...]

No caso em vértice, a ordem pública está sendo posta em risco pelo acusado, ao considerar a gravidade em concreto do crime, o qual fora possivelmente cometido com intenso *animus necandi*, o que é demonstrado pelo meio insidioso ou cruel pelo qual o acusado supostamente cometeu o crime, bem como pela dita emboscada narrada pela vítima sobrevivente em seu depoimento na fase inquisitorial.

[...]

O Tribunal *a quo*, por sua vez, denegou a ordem de *habeas corpus* por entender que as decisões do Juízo de primeiro grau examinaram devidamente a necessidade da segregação cautelar, nestes termos (fls. 83/84 – grifo nosso):

Ademais, **o *modus operandi* empregado é suficiente para evidenciar sua periculosidade e a necessidade de acautelar o meio social, tendo o acusado com mais 10 indivíduos montado uma emboscada e atacado as vítimas**, com pedaços de madeira, socos e chutes, sendo as supostas condutas delitivas praticadas **por conta da rivalidade existente entre as facções criminosas PCC e CV**. Observa-se trecho da decisão que recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva dos acusados, conforme trecho transplanto a seguir (fls. 81/88 da ação de origem):

[...] Decerto, há indícios de autoria em desfavor dos acusados, tal como sobejamente exposto quando do recebimento da inicial acusatória.

Outrossim, há prova da materialidade delitiva, sendo esta sediada nos documentos de fls. 4/10; 11/14 e 16.

Configurada, portanto, a presença do primeiro requisito legal (*fumus commissi delicti*), passemos à análise do *periculum libertatis*.

Este segundo requisito visa a garantir a efetividade de um futuro provimento jurisdicional, que poderá se tornar inútil caso o acusado permaneça em liberdade até a decisão final do processo. Diz respeito ao fator risco da liberdade do indivíduo. Nos termos do artigo 312 do CPP, compreende a garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou a segurança da aplicação da lei penal.

No caso em vértice, **observando-se a maneira pela qual o crime foi**

**executado, é evidente a periculosidade em concreto dos réus em relação ao meio social.**

Deveras, o *modus operandi*, aqui noticiado, ostenta condão de gerar perplexidade, **tanto pela brutalidade aviada na consecução do crime, quanto pela audácia dos prováveis homicidas, os quais teriam agido em plena via pública, em horário de circulação de pessoas. Veja-se: a vítima fatal teria sido violentamente espancada, mediante golpes de madeira, pedradas, socos e chutes pelos seus algozes,**tendo várias das citadas agressões sido cometidas quando aquela já se encontrava desfalecida ao chão, inconsciente. A vítima remanescente, a qual logrou escapar dos criminosos, afirmou com riqueza de detalhes os fatos, sendo de se inferir, daquelas declarações, a intensa animosidade que permeou a indigitada conduta, em tese, imputada aos acusados, **fato este que é corroborado pelo estado desfigurado com que foi encontrado o cadáver da vítima Arthur.**

Ademais, os informes colhidos no inquérito inclinam para o fato de que **os réus impõem terror na comunidade local, sendo supostamente responsáveis pelo cometimento de outros crimes, inclusive homicídios.**

[...]

[...] Outrossim, considerando as informações de que os acusados são pessoas violentas e pertencentes à facção criminosa, factível concluir que, se em liberdade, poderão inibir o depoimento das testemunhas e declarantes que serão ouvidos em juízo, em momento oportuno. Daí a necessidade da custódia para a garantia da profundidade da instrução criminal.

Daí a necessidade de segregação cautelar dos denunciados, para a salvaguarda da ordem pública e a conveniência da instrução criminal.

[...]

Da leitura das peças que compõem estes autos, nota-se que a prisão cautelar foi decretada e mantida com fundamentação idônea, considerando-se as circunstâncias concretas do fato delituoso em análise, reveladoras, pelo *modus operandi* empregado, da real gravidade do crime (homicídio qualificado e tentado, praticado em concurso de pessoas e com extrema violência e crueldade, em razão de rivalidade entre facções criminosas). Isso confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.

Não é outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Mário Pimentel Albuquerque em seu parecer às fls. 133/135.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento consolidado no sentido de que a periculosidade do agente, revelada pelo modo de agir, justifica a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (RHC n. 81.343/SP, Ministro Antônio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 6/4/2017).

Ainda, nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO TENTADO. DANO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, o entendimento desta Sexta Turma é de que a falta da audiência de custódia não enseja nulidade da prisão preventiva, superada que foi a prisão em flagrante, devendo ser este novo título de prisão aquele a merecer o exame da legalidade e necessidade.

2. **Apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, consistente no modus operandi do delito, pois o autor dos fatos, na posse de um facão, desferiu golpes contra os policiais, não conseguindo atingi-los.** Em seguida, perseguiu o policial Sérgio José Morete com o intuito de esfaqueá-lo, momento em que o autuado atingiu, por duas vezes, a viatura policial com o facão, danificando-a, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

3. *Habeas corpus* denegado.

(HC n. 382.166/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/3/2017 – grifo nosso)

Logo, tenho que ficou demonstrada a necessidade da prisão preventiva, não se revelando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator